



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

## PLENÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

### MINUTA DA ATA

Ata da 5ª reunião ordinária, realizada no dia 03 de Outubro de 2023.

No dia 03 de Outubro de 2023, às 09h00min os conselheiros do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu, reuniram-se por videoconferência os seguintes conselheiros titulares e suplentes – **Representantes do Poder Público Estadual: Rodrigo de Sousa Lousada** - Suplente, **Tais Fernanda Martins Ferreira** (SEMAD) – Titular, **Álvaro de Moura Goulart** (EMATER) – Titular. **Representantes Poder Público Municipal: Renata Lorrane Vieira Silva** (AMNOR) – Titular, **Rafael Vieira Soares** (AMNOR) – Suplente, **Sophia Lorena Pinto Vieira** (Prefeitura Municipal de Patos de Minas) – Titular, **Denys Herculano de Castro** (Prefeitura Municipal de Lagoa Grande) – Titular, **Denys Henrique de Andrade Santiago** (Prefeitura Municipal de Paracatu) – Titular, **Alexandre Stehling dos Santos** (Prefeitura Municipal de Vazante) – Titular, **Ivonete Antunes Ferreira** (Prefeitura Municipal de Brasilândia de Minas) – Titular; **Representantes de Usuários: Gustavo Lino Mendonça** (SAAE Buritizeiro) – Suplente, **Alexandre Augusto Soares Matos** (IBRAM) – Titular, **Adson Roberto Ribeiro** (IRRIGANOR) – Titular, **Marcelo Geraldo Landim Carvalho** (ENTRE RIBEIROS) – Suplente, **Túlio Pereira de Sá** (FIEMG) – Titular. **Representantes da Sociedade Civil: Afonso de Jesus Silveira Andrade** (ASPROM) – Titular, **Antônio Eustáquio Vieira** (MOVER) – Titular, **Tobias Tiago Pinto Vieira** (MOVER) – Suplente, **Bruno Peres Oliveira** (CREA-MG) – Titular. **Convidados: Angélica Vales Cordeiro Otoni, Tiago Lana** (AG Peixe vivo) **Laíne Silva** (HIDROBR), **Beatriz** (Meta Engenharia), **Altegnio Dornelas**. **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU – ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA: Antônio Eustáquio** cumprimentou e agradeceu a presença de todos. Fez um breve informe com a intenção de formar uma comissão com 04 membros de cada segmento do comitê para tratar da crise hídrica na região. Se mostrou preocupado com o que pode acontecer com o pessoal do agronegócio da região, e o comitê deve ser protagonista e não só referente políticas de governo. Tem que ficar claríssimo para todos do comitê que somos de estado. O comitê não age somente para referendar a política de governo, ele é um órgão de estado que atua em defesa da coletividade. Deu início a reunião. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM – ADSON ROBERTO RIBEIRO: Adson Ribeiro** (IRRIGANOR) informou que o quórum havia sido atingido e assim passou para o próximo ponto de pauta. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 01/08/2023 - ANTÔNIO EUSTÁQUIO VIEIRA: Antônio Eustáquio** informou que a Ata já havia sido enviada aos conselheiros para fazerem as devidas considerações e em seguida colocou em votação a aprovação da Ata da Reunião



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

39 Ordinária do CBH-Paracatu do dia 01/08/2023. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** se  
40 absteve pois não participou da referida reunião. **Túlio (FIEMG)** pediu alteração nas  
41 referências de agência peixe vivo. Assim feita foi aprovada com totalidade do restante  
42 dos votos. Em seguida passou para o próximo ponto de pauta. **04) INFORME DAS**  
43 **CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS – ADSON ROBERTO**  
44 **RIBEIRO: Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** cumprimentou a todos e leu as corres-  
45 pondências recebidas e enviadas, agradeceu a todos. Em seguida passou para o  
46 próximo ponto de pauta. **05) RELATO DOS ASSUNTOS A DELIBERAR – AD-**  
47 **SON ROBERTO RIBEIRO: Adson Ribeiro** informou que há uma deliberação do  
48 processo de outorga de grande porte nº 13361/2023 requerido por F&G Extração e  
49 Comércio de Areia Ltda. **06) APRESENTAÇÃO DA SITUAÇÃO DO PROJETO**  
50 **QUE VISA A VIABILIDADE TÉCNICA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRA-**  
51 **GEM E REGULARIZAÇÃO DE ÁGUA DO RIBEIRÃO NA BACIA DO RIO**  
52 **SANTA IZABEL -THIAGO CAMPOS - AGÊNCIA PEIXE VIVO. Thiago**  
53 **(Agência Peixe vivo)** agradeceu a oportunidade e iniciou sua apresentação explicando  
54 os avanços que foram obtidos desde a última reunião. O contrato se encerrará em de-  
55 zembro, que é previsão de entrega dos estudos preliminares, projeto básico, estudo de  
56 viabilidade. Houve avanços na locação provável do barramento. A prefeitura de Para-  
57 catu, que tem uma cadeira no CBHSF, no qual solicitou esse projeto. Em 2018 já se  
58 falava da crise hídrica e uma das soluções não se limitando somente a esta. A constru-  
59 ção de 4 barragens de volumes independentes que conseguiria resolver esse problema  
60 de regularização no Ribeirão. Explicou sobre o ZAP realizado em 2018. Apresentou  
61 sobre a demanda apresentada na região. Atualmente está sendo elaborado o estudo de  
62 viabilidade e projeto básico. Falou sobre os processos de contratação, e em 2023 foi  
63 contratada a HIDROBR, com a expectativa de entregar o estudo em novembro de  
64 2023. Esse contrato ele foi focado na regularização de vazão porque a regularização  
65 de vazão no Santa Isabel vai trazer uma segurança hídrica, para comportar as outorgas  
66 no rio. Está aprovado o plano de trabalho, e em andamento a elaboração de estudo  
67 hidrológico geológico, geotécnico sismológico e os levantamentos preliminares. Ex-  
68 plicou sobre os lugares avaliados para instalação do barramento, foi descartado o ponto  
69 04, pois não mudaria nada no abastecimento da cidade, e o ponto 03 tem uma topogra-  
70 fia favorável, mas no processo seria inundada algumas estradas, por isso foi  
71 descartado. O ponto 02 a topografia não é favorável, seria uma área inundada muito  
72 grande, sendo uma área de pivô. Já no ponto 01, não tem inundação de residência nem  
73 de pivô e existem algumas unidades de conservação que estão sendo abordadas, prin-  
74 cipalmente na questão ambiental, na viabilidade ambiental desse empreendimento.  
75 Entende -se que o tamanho do Barramento vai ficar condicionado a essa área, então  
76 ainda está sendo estudado. A empresa já foi ao lugar para colher os dados do local.  
77 Explicou o cronograma físico financeiro desse projeto, sendo até o momento com adi-  
78 tivo contratual de 8 meses se encerrando em dezembro. Para acompanhar esse projeto,



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

79 existe a ferramenta do SIGA, no siga São Francisco, lá podem se acompanhar todo o  
80 processo do barramento. Agradeceu a todos e abriu para responder as dúvidas. **Antônio**  
81 **Eustáquio (MOVER)** propôs uma reunião com a comunidade do local Santa  
82 Isabel juntamente com o CBH para esclarecer e levar informações para essas pessoas.  
83 **Thiago (AGÊNCIA PEIXE VIVO)** informou que esse assunto deveria ser levado ao  
84 CBHSF pois ele não poderia responder por eles. **Antônio Eustáquio (MOVER)** in-  
85 formou que o CBH Paracatu pode chamar essa reunião porque é de fundamental  
86 importância que o CBH leve esclarecimentos a todos, para que não sejamos taxados  
87 de omissos num futuro próximo. **Tobias Vieira (MOVER)** pediu a palavra e citou que  
88 passou a acompanhar o SIGA São Francisco, e que ficou surpreso com o valor desse  
89 contrato, pois é um valor muito alto para ainda a contratar, não ter a capacidade sufi-  
90 ciente de entrar no território e entregar os produtos que tinha que entrar, além disso a  
91 equipe envolvida é de dez pessoas. Sendo um valor de 100 mil reais por pessoa, mesmo  
92 com outros gastos. Passou a mensagem de que se deve avaliar melhor, pois o nome da  
93 agência e do São Francisco não está boa. As pessoas têm a impressão de que o comitê  
94 só faz coisas erradas. A exemplo do que aconteceu com os problemas que se teve na  
95 estrada e agora com o projeto de elaboração de um estudo que está todo atrasado, no  
96 valor de quase um milhão de reais, para entregar um estudo preliminar, o nome preli-  
97 minar tem que desaparecer e ser entregue um estudo muito bom e completo. Devemos  
98 ter atenção de que um valor deste contrato com os vacilos que estão acontecendo de  
99 atraso, tem que vir um produto muito bom, todos esses alinhamentos, com CGL, CBH  
100 Paracatu e prefeitura, sendo tudo detalhado. Falando pelo MOVER, esperamos que  
101 venha um trabalho muito bom mesmo e que a agência esteja fiscalizando para que não  
102 se tenha mais um prejuízo de nome de ambas as partes. O plano de trabalho foi muito  
103 superficial, foi um plano de trabalho genérico. **Thiago (AGÊNCIA PEIXE VIVO)**  
104 explicou que a expectativa que seja o melhor estudo possível, e que o valor não é muito  
105 por causa dos encargos sociais, sendo assim estando abertas a discussões, e que o  
106 atraso aconteceu justamente para que pudesse ser refinado o estudo. O compromisso  
107 da agência é entregar o melhor produto possível. Os produtos são públicos e estão  
108 abertos a todos. A agência não pode tomar decisões institucionais, pois não é porta voz  
109 do CBHSF, e está aberto a todos. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** com relação barra-  
110 mento, informou que estão tendo umas intervenções estranhas, foi um projeto que saiu  
111 da prefeitura de Paracatu, com o Mover e com os usuários, já passou nas instâncias do  
112 CBHSF e eles acataram. O CB Paracatu está junto, mas o protagonismo é o CBHSF.  
113 Deve ser passado as decisões pelo CBHSF. O CBH Paracatu não está a margem dessa  
114 discussão. Foram feitas todas as discussões aqui na plenária, foi tudo aprovado, inclu-  
115 sive por unanimidade. Está sendo buscado a solução do problema hídrico de Paracatu.  
116 Todas as demandas dessa reunião serão levadas ao CBHSF, mas as decisões são deles.  
117 A única alternativa é a construção desse barramento pois a região está sem água. **An-**  
118 **tônio Eustáquio (MOVER)** informou que é o São Francisco, através do recurso da



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

119 cobrança, está financiando esse estudo. Uma coisa deve ser esclarecida, é que a pri-  
120 meira instância a respeito de gerenciamento de recursos hídricos na bacia do Paracatu  
121 é o CBH Paracatu. O comitê tem que ter autonomia para mobilizar a comunidade e o  
122 CBHSF para esclarecer as dúvidas da comunidade, para que tenhamos ela alinhada. O  
123 comitê não pode ser responsabilizado por uma questão que não é do CBH na integra.  
124 O CBH está parecendo omissos por isso solicita a reunião com a presença de todos os  
125 envolvidos. **Afonso de Jesus (ASPROM)** concordou que o CBH Paracatu tem que  
126 estar envolvido pois é uma questão comunitária, jamais o comitê deveria ser deixado  
127 de lado. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** informou a todos que o comitê não está a  
128 margem, ele não está fora do processo. De primeiro momento todas as informações  
129 foram trazidas as plenárias, foram discutidas e aprovadas, sendo tudo registrado em  
130 ata. O comitê está participando de todas as discussões, inclusive na CCR alto, está tudo  
131 muito bem transparente e sendo trazido em todas as reuniões. Tem que se andar juntos  
132 sim, e temos que esclarecer o que está acontecendo. **Tobias Vieira (MOVER)** falou  
133 que apesar que se falem que o comitê está envolvido, o comitê não está levando em  
134 consideração o que é falado nas reuniões. Propôs que o Comitê do Paracatu elabore  
135 uma minuta ou alguma sugestão formal para que possam avaliar, envolver a CGL nessa  
136 construção. Explicou a portaria 26, pois o plenário da CGL tem como atribuição res-  
137 ponsabilizar-se quando for o caso, pela manutenção, operação e segurança das obras  
138 de infraestrutura hídrica de uso comum. E neste projeto está sendo construído e levado  
139 a prefeitura, porém, o governo atual está empenhado nessa obra, mas existe o questio-  
140 namento de quem vai ficar para o resto da vida gerindo o processo. Em momento  
141 algum está sendo levado em consideração a CGL. Propôs que o Comitê, de forma a  
142 discutir com os seus conselheiros, faça um documento formal dizendo que quem é  
143 responsável pela segurança e operação da infraestrutura de segurança hídrica, de uso  
144 comum, que é esse caso é a CGL. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** falou que é de  
145 grande importância a CGL participar de todo esse processo. **Antônio Eustáquio (MO-**  
146 **VER)** falou sobre chamar CGL, e a comunidade pra gente esclarecer definitivamente,  
147 pra não ter meia conversa e cada um assumir seu papel nessa história. **Denys Santiago**  
148 **(Prefeitura Municipal de Paracatu)** Relatou que tem sofrido assédio do pessoal contra  
149 o barramento, e que se deve ter muito cuidado com essas reuniões com a população.  
150 Foi informado a todos que ainda estão fazendo o estudo de viabilidade e que não tem  
151 nada estabelecido. **Tobias Vieira (MOVER)** relembrou a sua solicitação. **Antônio**  
152 **Eustáquio (MOVER)** questionou como seria feito esse documento solicitado, se faria  
153 a reunião da CGL primeiro. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** sugeriu que fizesse um  
154 documento sugerindo ao CBHSF que incluísse a CGL e paralelamente conversar com  
155 a CGL para ver até que ponto estão comprometidos com a barragem. Quando se fala  
156 em prefeitura, independente do prefeito que está, se a prefeitura tem um compromisso  
157 com aquela barragem na próxima gestão, não pode simplesmente falar que não quer  
158 mais. A ideia é que seja uma estrutura que tem uma responsabilidade de manutenção,



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

159 e a CGL tem que participar sim. Deve ser feito esse encaminhamento ao CBHSF. **An-**  
160 **tônio Eustáquio (MOVER)** questionou como faria esse documento e passou ao  
161 próximo ponto de pauta. **07) DELIBERAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE OU-**  
162 **TORGA DE GRANDE PORTE Nº 13361/2023 REQUERIDO POR F&G**  
163 **EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - TOBIAS VIEIRA. Tobias Vi-**  
164 **eira (MOVER)** deu um contexto a todos sobre o processo que será deliberado, sendo  
165 um processo de ampliação da capacidade de captação de Areia no córrego da prata.  
166 Explicou o que aconteceu na reunião discursiva da CETOC, sendo a situação crítica  
167 do córrego da prata, que ele tem uma extração de Areia abusiva, que esses empreendi-  
168 mentos afundam demais o leito do córrego e que existe uma concentração muito  
169 grande de dragas. Foi falado sobre as condicionantes, e foi questionado o cumprimento  
170 dessas condicionantes, sobre o desempenho ambiental desse empreendimento, pra po-  
171 der atestar que ele está dentro das normas. A SUPRAM comentou que as  
172 condicionantes estão sendo cumpridas, mas não consta no parecer. A CETOC enten-  
173 deu que existe o uso abusivo do Rio da Prata, e sobre a votação 03 representantes na  
174 CETOC se absteriam de votar, o IBRAM votou a favor e o MOVER votou contra,  
175 como houve esse empate a coordenação deu seu voto de desempate votando contra.  
176 Lembrando sempre que a CETOC não é deliberativa, e sim consultiva. A justificativa  
177 contrária justificando que era necessário nesse momento, a realização de um estudo,  
178 uma avaliação ambiental integrada do Rio da Prata, entendendo que ali já existe muitos  
179 empreendimentos de Areia e que o impacto já não eram mais impactos pontuais, e sim  
180 impactos sistêmicos, e por isso seria necessário uma avaliação ambiental integrada  
181 para entender se realmente existe uma possibilidade de aumentar as captações de Areia  
182 no Rio, sem causar mais danos, e danos mais graves ao meio ambiente. O IBRAM  
183 sugeriu algumas melhorias das condicionantes, mas no momento isso não estava sendo  
184 discutido. Cabe ao plenário pedidos de vista, proposições de condicionantes, uma vez  
185 que a CETOC ficou apenas com o parecer de aumento da extração. Houve uma grande  
186 participação do Afonso, no qual explicou a situação do local. **Afonso de Jesus (AS-**  
187 **PROM)** explicou que ficou satisfeito com a posição da CETOC, e falou sobre o Rio  
188 da Prata. O Rio da Prata hoje é um dos maiores berçário do Rio São Francisco, tem  
189 um leito arenoso, sendo um berço da reprodução da Piracema, surubins e outros peixes,  
190 além disso virou uma atração turística. Quanto à questão da dragagem, todos os pontos  
191 do rio estão sendo dragados, não existe hoje nenhum ponto a mais que pode ser licen-  
192 ciado. Anteriormente achavam que essa gradagem era benéfica, pois estava tirando  
193 essa areia, só que com o tempo foi percebido que essas dragagens estão totalmente  
194 fora dos limites do licenciamento previsto, porque não é permitida a dragagem a mais  
195 de 2 metros de profundidade. O que está acontecendo no Rio é que estão dragando o  
196 rio até a piçarra, até o fundo porque é um rio que tem uma correnteza muito boa, e eles  
197 dragam para que a correnteza traga mais areia até os empreendimentos. Nesse caso o  
198 rio está começando a correr por baixo do leito, o rio já não está tendo água por cima



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

199 do leito, como ele está correndo por baixo não está tendo água no rio mais. Se continuar  
200 a dragagem como está sendo feito no Rio da Prata, a tendência é o rio começar a correr  
201 por baixo, secando por cima do leito, sendo essa a maior preocupação no momento. A  
202 exploração é violenta, antigamente tinha pequenos dragueiros que viviam para subsis-  
203 tência, e hoje tem mergulhadores para extrair areia, inclusive tem óbito de mergulhador  
204 registrado pela polícia. Esses mergulhadores estavam mergulhando e a areia tampou  
205 por cima e esse mergulhador veio a falecer. Tiveram outros casos que não foram re-  
206 gistrados. Tem vários casos nesse período de verão no qual banhistas que vão até o  
207 Rio para nadar, e as areias que são extraídas, o que fica se torna movediça e esse ba-  
208 nhista some no meio dessas areias e vem a falecer. No Rio da Prata existe algumas  
209 praias que eram de uso da comunidade, mas no momento esses empreendimentos estão  
210 dragando essas areias. Então esses são os problemas, e a preocupação é que o Rio da  
211 Prata comece a correr só por baixo, se continuar assim só vão acontecer mais óbitos  
212 de mergulhadores e de banhistas em toda a época de verão. Outra questão é a sinaliza-  
213 ção da dragagem, não existe a sinalização correta, as pessoas caem nas dragas e vem  
214 a falecer. Existe um posto da polícia ambiental, do lado de Lagoa Grande esse posto  
215 da polícia ambiental, o pessoal usava para o lazer e não está sendo usado devido à  
216 profundidade do rio. Solicitou aos conselheiros que pensem com carinho na aprovação  
217 deste processo pois está acontecendo a morte do rio da prata. Solicitou que peçam  
218 sinalização correta, monitoramento e a proibição do uso do mergulho. Como o conse-  
219 lheiro faz parte da associação do Rio da Prata, observou esses problemas e trouxe a  
220 plenária, deve ser feito um estudo integrado da bacia do Rio da Prata para que possa  
221 ser avaliado a situação do Rio. Solicitou que não houvesse mais outorgas enquanto não  
222 obtivessem essa avaliação. Afonso citou sobre uma avaliação realizada no Rio do  
223 Sono, mas essa avaliação foi feita pelos próprios empreendedores pagaram a avaliação,  
224 e com ela temos condições de avaliar profundamente essas questões das dragas no Rio  
225 da Prata. **Tobias Vieira (MOVER)** relatou que foram ouvidas as denúncias realizadas  
226 pelo Afonso e partindo do princípio da precaução o Mover optou-se por estar contrário  
227 a continuidade da ampliação. O empreendimento em questão dobra a capacidade de  
228 extração de areia. Não sabendo como a diretoria vai conduzir, sugeriu que não seja  
229 conduzido, que seja sobrestado o processo até que seja elaborada essa avaliação am-  
230 biental integrada da bacia. **Afonso de Jesus (ASPROM)** lembrou os votos da  
231 CETOC no qual 03 conselheiros se abstiveram de votar, e lembrou da gravidade da  
232 situação do Rio. **Antônio Eustáquio (MOVER)** Citou as vezes que se passa pela  
233 BR040 se vê de longe a situação do Rio, pelos bancos de areia e se viu assustado com  
234 as denúncias realizadas pelo Afonso. A plenária do momento vai avaliar se é contra ou  
235 a favor do relatório da SUPRAM, mas o comitê deve tomar outras providencias., não  
236 é sendo contra o empreendedor ou punir os mesmos. Lembrou que o comitê, os con-  
237 selheiros, tem responsabilidades civis e criminais, então se deve ter cautela e sabedoria  
238 para essa votação. Inclusive o comitê tem que acionar o Ministério público, e o



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

239 Ministério público deve saber o que está acontecendo, porque caso seja levantada essas  
240 denúncias e sejam confirmados esses problemas são muito graves, e pode se trazer  
241 problemas para a comunidade da bacia. O que foi relatado é uma situação muito grave.  
242 Abriu a palavra aos conselheiros. **Alexandre Matos (IBRAM)** explicou o voto do  
243 IBRAM, no qual foi para que seja feito um estudo técnico pertinente estabelecido por  
244 lei, para aquela atividade que sejam estabelecidas condicionantes tecnicamente defini-  
245 das e aplicáveis e que seja cumprido essa condicionante. O que o Afonso está  
246 mostrando é talvez o não cumprimento do estabelecido e do licenciado. A pontuação  
247 do IBRAM é que o empreendedor tenha condições de fazer o seu estudo, apresentar  
248 um estudo técnico de qualidade para os órgãos ambientais competentes, que esse es-  
249 tudo seja avaliado, estabelecidas condicionantes técnicas para garantir o controle do  
250 impacto ambiental e que isso seja seguido, seja avaliado. Isto dito se foi feito esse  
251 processo, esse processo é correto não se entende o porquê não seguir com o processo  
252 de licenciamento e outorga. É importante que cada órgão cumpra bem o seu papel e  
253 que o empreendedor cumpra corretamente o seu papel, já que uma bacia hidrográfica  
254 não é afetada apenas por um tipo de uso, mas pelos conjuntos de uso daquela bacia.  
255 Então, todos os empreendimentos locados na bacia devem seguir os parâmetros técni-  
256 cos vigentes. Esclarecendo o ponto do IGAM e o motivo pelo qual o IBRAM votou é  
257 que trouxesse para o comitê de bacia para que pudesse ter uma ampla discussão do  
258 encaminhamento desse processo e validação de como ele está funcionando. **Afonso de**  
259 **Jesus (ASPROM)** Questionou para que o Ibram e aos conselheiros para que eles fos-  
260 sem ao empreendimento ou outros e verificasse a profundidade do que está sendo  
261 dragado. Algumas pessoas ribeirinhas proferiram ameaças ao ASPROM para que to-  
262 masssem medidas. Explicou que não está pedindo a denegação de licenciamento, estão  
263 pedindo um estudo entregue da bacia, porque aí, veremos exatamente o que é que  
264 está acontecendo na bacia, a irrigação, a criação de gado, a mineração. A mineração é  
265 um mal necessário e que se dão em 90% ou mais em área de preservação permanente.  
266 Chega ao certo ponto que não é mais tolerado o processo. O rio é um berçário do Rio  
267 São Francisco e a ASPROM conseguiu a proibição de pesca. Pediu aos conselheiros  
268 que tenham controle e que enquanto não houver um estudo integrado e não se licencia  
269 mais dragagem na bacia do Rio da Prata. **Antônio Eustáquio (MOVER)** Sugeriu a  
270 verificação do que se cabe nesta plenária, a retirada de pauta ou sobreposição desse  
271 processo e procurar o Ministério público da bacia do Paracatu, solicitar a eles que en-  
272 volvam os usuários da bacia, convocar os usuários da bacia para que seja realizado  
273 esse estudo. Provavelmente o estado não vai realizar, mas o ministério talvez sim, para  
274 que se verifique todos os processos na bacia do Rio. Relembrou que já foi solicitado a  
275 SURAM noroeste para que fizesse um trabalho junto às dragas existentes em toda a  
276 bacia do Paracatu, tanto no Paracatu como no Rio da Prata com relação à sinalização.  
277 Provavelmente a recomendação do comitê foi acatada, e que quando aconteceu a ex-  
278 pedição do Paracatu no ano passado, havia cabos de aço atravessados de qualquer



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

279 maneira dentro do Rio. Resta solicitar ao Ministério público para que ajude nisso. Não  
280 é punir ninguém nesse momento, e sim fazer esse estudo pra que se use a Areia do Rio  
281 da Prata contento, que os irrigantes tenham água contento, porque só para dizer para  
282 você, semana passada eu consegui falar com o comandante lá de Patos de Minas, da  
283 polícia ambiental, pedir para o daqui nos ajudar. Foi solicitado a polícia ambiental para  
284 ajudar e foi dito que não se sabe onde vão conseguir tirar água do Rio da Prata devido  
285 a quantidade de outorga e empreendimento que ainda nem se iniciou. Se o comandante  
286 da polícia ambiental citou isso, se imagina como deve estar a situação do Rio. Sugeri  
287 que se retire de pauta, ou sobestasse esse processo e entrasse em contato com o minist-  
288 tério público para levar o que foi falado nesta plenária, para que eles ajudem a resolver  
289 a questão. Abriu a palavra aos demais. **Tais Fernanda (SEMAD)** esclareceu que re-  
290 ferente às condicionantes, o empreendimento ainda está em fase de instalação, as  
291 operações não começaram e as condicionantes que foram citadas, foram as pertinentes  
292 do antes da do início da operação do empreendimento. E só para esclarecer que ele já  
293 possui licença ambiental, e projeto de lava já está aprovado. **Túlio Pereira de Sá (FI-**  
294 **EMG)** pediu a palavra para esclarecimento, relatou que tem que se avaliar os pontos.  
295 Entende-se a preocupação do Afonso, o estudo na bacia é importante. Com a questão  
296 da implantação da cobrança que está próxima e os projetos da bacia, além da unifica-  
297 ção dos comitês, vai ser um momento propício a fazer esses estudos. Deve se analisar  
298 por exemplo, a questão da atividade., a implantação baseada no plano da bacia está  
299 correta, a parte técnica que foi avaliada pelo estado, que é o papel deles está certo. Está  
300 com parecer para deferimento e o que veio pra plenária avaliar é o que está aí, então  
301 se já é um empreendimento instalado, é um empreendimento que está cumprindo a  
302 questão das condicionantes. As preocupações entendem-se que são pertinentes, mas  
303 temos que avaliar também o ponto em que, até onde o comitê pode estar acionando em  
304 cima disso. O parecer técnico está para aprovação, é uma ampliação, então o empre-  
305 endimento já está instalado. É uma atividade que está ampliando, não é um  
306 empreendimento novo, então, se está de acordo com o plano de bacia e com as questões  
307 da parte que cabe ao comitê, cabe a aprovação, e em paralelo trabalhar com as preocu-  
308 pações do Afonso, que seria um estudo mais amplo. Como foi falado os  
309 empreendedores investirem no estudo porque é de interesse deles. seria possível por  
310 parte do empreendedor. Análise técnica está certa e o que passou na CETOC, apesar  
311 de ter tido abstenções de alguns e votos contrários, não caberia. Poderia colocar alguns  
312 pontos específicos em relação às condicionantes futuras e depois avaliar esses pontos  
313 em paralelo da preocupação do comitê, mas o papel do comitê, enquanto CETOC,  
314 enquanto a avaliação do plano da bacia, se não está contrário, deve ser aprovado.  
315 **Afonso de Jesus (ASPROM)** explicou que a ASPROM é uma associação de preser-  
316 vação do Rio da Prata e está manifestando o que está acontecendo no local. Os  
317 conselheiros devem ter bom senso e lembrou novamente a votação da CETOC, no  
318 qual foi reprovado esse processo. Quando há uma denúncia grave no qual está fazendo,



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

319 explicou que não foi ao ministério público porque o local dessa discussão é no CBH  
320 Paracatu, sendo o fórum adequado para tomar essas providencias. Afonso explicou que  
321 trouxe essas denúncias para que a sociedade e a comunidade ficar sabendo o que está  
322 ocorrendo no Rio da Prata e, a partir disso, se tomar as providências necessárias através  
323 do Ministério público e vir esse estudo. Pediu a todos que tenham responsabilidade e  
324 que as denúncias que ele apresentou sejam ouvidas. Sugeriu que façam uma fiscaliza-  
325 ção em qualquer draga do rio para verificar se está correto. **Túlio Pereira de Sá**  
326 **(FIEMG)** Falou que a questão do bom senso todos procuram ter, mas o papel da fis-  
327 calização é do estado. Questionou se essa denúncia foi levada ao estado e polícia  
328 militar isso tem que ser avaliado. Falou que estão descontando em cima do empreen-  
329 dimento específico o que está acontecendo na bacia como um todo. Uma denúncia que  
330 houve da associação que foi feita pra o Afonso e não se sabe se fizeram para os órgãos  
331 competentes a questão da denúncia. O comitê de bacia tem que ser avisado, mas cabe  
332 a fiscalização principal para o órgão gestor, que seria o estado, a polícia militar, ambi-  
333 ental fazer a fiscalização. Falou que tem que avaliar esses pontos e que não está  
334 fazendo vista grossa, deve se avaliar a bacia e procurar os órgãos e cobrar isso deles.  
335 Mas aqui estão descontando em cima do empreendimento que tá vindo com um parecer  
336 favorável do órgão ambiental pela questão da análise da parte técnica, que foi avaliada  
337 pelo órgão ambiental. A minuta que foi enviada foi descrevendo a aprovação. **Tobias**  
338 **Vieira (MOVER)** explicou que é uma minuta e que é somente minuta. **Túlio Pereira**  
339 **de Sá (FIEMG)** continuou dizendo que a minuta não está neutra e que tem que come-  
340 çar a buscar os órgão competentes em relação a isso, se a denúncia foi feita direto pra  
341 o Afonso e não foi feita para os órgãos competentes ou se os órgãos competentes não  
342 fez o estudo, cabe sim, trazer pra cometer comitê que é um conselho da bacia que tem  
343 que preocupar com a bacia como um todo, mas que fizeram uma reclamação pra o  
344 Afonso e não para o estado ou para outros órgãos competentes. Falou novamente que  
345 estão descontando em cima do empreendimento específico um problema da bacia  
346 como um todo. Se eles têm a parte da NPM, se o estudo técnico do órgão ambiental  
347 pelos técnicos ambientais, foi favorável, cabe ao comitê avaliar a questão do plano  
348 diretor da bacia e, se tiver OK, deve se levar os estudos, a preocupação com a bacia  
349 como um todo. E caberia não descontar em cima de um empreendimento só. **Afonso**  
350 **de Jesus (ASPROM)** explicou que não está descontando no empreendimento e que  
351 não está querendo prejudicar empreendimento, e que a associação tem 300 membros  
352 entre pequeno produtor rural, ribeirinhos etc. Afonso recebeu a denúncia e como mem-  
353 bro foi verificar a situação em três dragas, solicitou que fizessem corretamente, mas  
354 não aconteceu. Questionou que está acontecendo uma desinformação pois o empreen-  
355 dimento já está instalado e está solicitando o aumento da outorga. Na CETOC ficou  
356 claro que foram contra a aprovação, e questionou a minuta. **Tobias Vieira (MOVER)**  
357 esclareceu que a Tais comentou que o empreendimento não está instalado, mas que  
358 acredita que ela quis dizer que a ampliação não foi instalada, mas o empreendimento



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

359 hoje funciona, e tem um relatório técnico fotográfico com a balsa instalada com boias  
360 instalados, que prova que ele está funcionando. O se negou nesse momento é exata-  
361 mente a ampliação com vistas ao problema que existe na microbacia em questão.  
362 Discordou do Túlio que estão penalizando esse empreendimento pois se deixar de fa-  
363 zer algo neste momento esse próprio empreendimento, ele não vai se comprometer  
364 com a construção do impacto ambiental integrado por experiência, que a se vê que  
365 depois de licença e outorga concedida, ninguém mais vai ajudar. Então é uma forma  
366 de pressionar o empreendedor, dele apoiar junto aos outros para construir uma solução  
367 conjunta, porque o que acontece na grande maioria, são que cada um tem a sua auto-  
368 rização individual e ninguém pensa no coletivo. Deixou claro que a CETOC foi  
369 contrária a ampliação do empreendimento, com a necessidade de se construir uma ava-  
370 liação ambiental integrada. Explicou que as soluções são indeferimento, retirar de  
371 pauta, sobrestar o processo até que seja apresentada essa avaliação ambiental integrada  
372 e talvez a Taís, saiba orientar melhor quanto a isso. Se essa é a direção mais adequada.  
373 Solicitou quem tivesse interesse de verificar melhor entrasse no SEI e verificasse os  
374 processos. O Mover foi contra o ampliamto e não contra ao empreendimento porque  
375 a ampliação dobra a capacidade de beneficiamento, extração de Areia do empreendi-  
376 mento, em uma bacia que já está com todos esses problemas denunciados pelo Alfonso  
377 em paralelo pode sim levar ao ministério público, mas vão esquecer do princípio da  
378 precaução para poder aprovar simplesmente para conceder um rito processual, que é o  
379 que costumam falar favorável a esse processo. Estando tudo bem claro o que foi apre-  
380 sentado. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** falou que quando se fala sobre passar o  
381 processo adiante e que o empreendedor não vai querer contribuir com a análise, estão  
382 taxando o empreendedor como se ele fosse olhando pelo nado negativo. Não se pode  
383 adivinhar qual vai ser o pensamento do empreendedor e muito menos não pode tachar,  
384 pensando que sempre vai ser o pior. Se é de interesse do empreendedor ampliar pode  
385 ser dos outros empreendedores ampliar também. Quando se fala da questão que dobra,  
386 a capacidade para um curso de água que já está impactado, deve ser questionada quem  
387 fez a análise técnica do processo, para analisar a viabilidade técnica ou não da ampli-  
388 ação foi o estado e o estado deu um parecer favorável, então não vai caber argumentar  
389 em relação a esses pontos técnicos de que dobrar a capacidade se seria ou não seria  
390 viável. Outro ponto é que querem fazer a análise integrada. A análise integrada tem  
391 que ser já que estão tendo essas denúncias de impacto na bacia., mas ao mesmo tempo  
392 não se tem um regramento legal para poder solicitar isso de todo empreendimento para  
393 entrar para frente, isso tem que ser uma coisa estudada, debatida e discutida para poder  
394 ser proposta. Um empreendimento que já tá com análise pronta, dentro do órgão am-  
395 biental. Uma análise do órgão ambiental, análise técnica que não viu o  
396 comprometimento em relação a essa ampliação pra começar a criar esse regramento  
397 legal, teria que ser um paralelo, pode ser um comprometimento do comitê, dos setores,  
398 dos segmentos que fazem parte do comitê para envolver o levantamento junto com o



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

399 IGAM dos empreendimentos que atuam na bacia para fazer um regramento legal em  
400 relação à questão da análise integrada. Falou que nesse ponto o comitê está saindo um  
401 pouco em relação à questão da competência dele em colocar uma regra na análise.  
402 Questionou se o Afonso fez a denúncia para o órgão competente, pra quem teria que  
403 fiscalizar esses pontos específicos. **Afonso de Jesus (ASPROM)** Relatou que não con-  
404 corda com as falas do Túlio e questionou que não é só porque o estado falou que está  
405 certo de que o comitê tem que aprovar. Questionou a existência da plenária do comitê  
406 da bacia do Paracatu, se é para apenas aceitar o que o estado está certo. Relatou que  
407 fez a denúncia aqui no comitê de bacia e que foi na polícia ambiental, no qual disseram  
408 que não tem equipamento necessário pra fazer a fiscalização de profundidade de água.  
409 **Tobias Vieira (MOVER)** Concordou com o Afonso solicitou que as minutas sejam  
410 com a conclusão neutra. Falou sobre o questionamento do Túlio se o empreendedor  
411 vai se comprometer com a avaliação ambiental integrada, o representante do empre-  
412 endedor está na reunião, apesar dele estar em silêncio, se ele se comprometer em  
413 realizar essa avaliação ambiental integrada, pode colocar isso como condicionante e aí  
414 se finaliza a situação. **Beatriz (META ENGENHARIA)** Relatou que conversou com  
415 o empreendedor e que estão totalmente aptos em ajudar da melhor forma possível de  
416 preservar e de manter as características naturais, está apto em fazer qualquer ajuste  
417 necessário para manter a preservação do curso hídrico. **Tobias Vieira (MOVER)** re-  
418 latou que sendo assim todos tem a opção de condicionar a avaliação ambiental  
419 integrada. **Antônio Eustáquio (MOVER)** falou para túlio e aos demais que a socie-  
420 dade normalmente quando ela tem suas penúrias, ela nem procura órgão público, nem  
421 procura instâncias de governo, nem procura Ministério público nem procura nada, por-  
422 que essas entidades não têm a credibilidade que a sociedade espera, então é por isso  
423 que normalmente procura uma entidade, como a entidade que o Afonso representa na  
424 bacia. Afonso pode não ter levado isso pra frente porque esperou o momento ade-  
425 quado. Se com o estudo inviabilizando o empreendimento o que vai acontecer depois,  
426 se o empreendimento já está no local. Os órgãos ambientais supram, feam e etc são  
427 órgãos burocráticos. O comitê é uma plenária que é política, de política de meio am-  
428 biente, de recursos hídricos no território da bacia. Isso tem que ficar claro. Já que o  
429 Túlio falou a respeito de ter encaminhado as denúncias para os órgãos de fiscalização  
430 do estado, como encaminhamento para finalizar esse ponto de pauta. Propôs retirar  
431 esse ponto de pauta e encaminhar todas essas denúncias detalhadas aos órgãos de fis-  
432 calização do estado, e que também faça uma articulação junto ao Ministério público,  
433 porque não está sendo prejudicando nenhum empreendedor, ele já está com sua ativi-  
434 dade em funcionamento, só não vai ter a expansão aprovada, e isso vai abrir um  
435 caminho para que os órgãos do estado deem uma olhada na bacia, porque o comitê não  
436 tem poder de polícia, mas o órgão de estado tem e o Ministério público vai saber o que  
437 que vai fazer, porque o Ministério público é um órgão que defende os interesses da  
438 coletividade, embora existam dúvidas a respeito disso, esse é o papel do Ministério



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

439 público e o Comitê de bacia é um órgão de estado tem como atribuição agir nesse  
440 sentido, e não se pode ser omissos frente a essa situação que está acontecendo no Rio  
441 da Prata. **Tobias Vieira (MOVER)** explicou que o comitê tem um prazo previsto para  
442 a manifestação e em um momento anterior um processo tirou-se de pauta e o IGAM  
443 passou por cima e mandou para o conselho estadual. Explicou que o comitê não pode  
444 perder esse prazo ou delibera, cumpre o prazo, e leva a manifestação para frente, se  
445 simplesmente tirar de pauta o comitê não cumpriu o papel e o IGAM manda direto pro  
446 conselho. **Antônio Eustáquio (MOVER)** citou que a sugestão de retirar de pauta já  
447 mostra claramente que o comitê não tem interesse em prejudicar ninguém. Como é  
448 uma questão burocrática, sugeriu que o indeferimento e que continue levando essa  
449 situação para os órgãos de fiscalização. Foi dito que o corpo de água do rio tem pro-  
450 blemas com a extração de areia, e se sabe das deficiências que o órgão do estado tem  
451 com relação à fiscalização, a sugestão de indeferir o processo e mesmo assim levar as  
452 denúncias com relação à extração de Areia no Rio da Prata, tanto os órgãos de fiscali-  
453 zação do estado como para o Ministério público, para que o Ministério público veja o  
454 que está acontecendo e que tome as providências cabíveis, não no sentido de punir,  
455 mas de regularizar o que acontece na bacia do Rio da Prata. **Túlio Pereira de Sá (FI-  
456 EMG)** concordou com a retirada de pauta, mas para o indeferimento não houve  
457 votação, sendo insinuada a votação do indeferimento. **Antônio Eustáquio (MOVER)**  
458 explicou que é um encaminhamento, e não está sugerindo que é a favor. **Túlio Pereira  
459 de Sá (FIEMG)** falou sobre os problemas desse processo, seria ou a retirada de pauta,  
460 para verificar os prazos com o IGAM e não ir em frente ao conselho e sim voltar a  
461 decisão para o comitê, porque a manifestação está dentro do prazo, faz uma extraordi-  
462 nária novamente com o processo. **Antônio Eustáquio (MOVER)** questionou que se  
463 retirando de pauta eles vão aprovar de qualquer forma. Fazendo o indeferimento, de-  
464 pois dos estudos, prontos, comprovado que não tem nada de irregular o empreendedor  
465 entra de novo com o processo. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** concordou com o Tú-  
466 lio sobre o indeferimento, tem que ter um encaminhamento se vai indeferir ou retirar  
467 de pauta, correndo o risco de ser aprovado em instâncias superior sem passar pelo  
468 comitê ou aprovar do jeito que está, ou aprovar condicionantes conforme Tobias citou.  
469 **Antônio Eustáquio (MOVER)** relatou que são apenas duas opções ou a favor ou con-  
470 tra o empreendimento. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** esclareceu que podem ser  
471 votados a favor ou contra, mas colocando as condicionantes já citadas na reunião. **To-  
472 bias Vieira (MOVER)** informou que se pode construir a condicionante da avaliação  
473 integrada pois o responsável pelo empreendimento já se favoreceu ao processo. Houve  
474 questionamentos se a outorga seria aprovada e foi explicado que sim, se houver a apro-  
475 vação com condicionante o empreendimento vai ser aprovado. **Antônio Eustáquio  
476 (MOVER)** questionou se os estudos apontarem que o empreendimento não pode ser  
477 realizado. **Tobias Vieira (MOVER)** opinou que não adiantaria nada, depois que o  
478 empreendimento já estaria funcionando. **Afonso de Jesus (ASPROM)** lembrou a



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

479 todos que o empreendimento não vai parar, o que está sendo discutido é o aumento, a  
480 dobra de extração de areia. O empreendimento vai continuar funcionando com a ou-  
481 torga anterior até a conclusão deste estudo. Quando tiver a fiscalização todos teriam  
482 uma noção do quão grave é a situação do rio. Pediu a todos que avaliassem as questões  
483 e não aprovassem o aumento da outorga até o estudo estar pronto. **Sophia Vieira**  
484 **(PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS)** relatou que o estudo partir  
485 de um empreendedor é complicado de ter uma neutralidade de avaliação. Explicou a  
486 todos que seria ideal indeferir de modo que o empreendedor faça pressão no órgão  
487 ambiental para que o estudo seja feito de uma forma neutra, de uma avaliação neutra,  
488 não de uma avaliação partindo de um empreendedor, não desse específico, mas se sabe  
489 que o empreendedor tem o interesse de usar o solo, usar o espaço. **Adson Ribeiro**  
490 **(IRRIGANOR)** perguntou a todos se todos concordam com a questão de aprovar o  
491 não. **Alexandre Matos (IBRAM)** Relatou que o empreendedor não fez uma apresen-  
492 tação detalhada dos processos, do controle ambiental, do controle que ele pratica, de  
493 como ele executa a atividade dele. Sugeriu que marcassem uma reunião extraordinária  
494 para que ele apresente todo o processo, e que o órgão ambiental possa se posicionar  
495 detalhadamente de como ele avaliou o empreendimento para que todos possam tomar  
496 uma decisão, porque é uma situação que ninguém tem exatamente o detalhe de como  
497 empreendedor e a equipe técnica que fez os estudos ambientais, que subsidiou o pro-  
498 cesso administrativo. Poderia então o empreendedor e a empresa técnica que fez o  
499 processo administrativo mostrar e se posicionar sobre se os impactos são locais, se são,  
500 mais amplos, como que ele garante a cota da draga, como que ele garante a vazão  
501 adequada, como que ele garante os controles pertinentes. **Antônio Eustáquio (MO-**  
502 **VER)** explicou que o empreendedor deveria ter feito essa apresentação na CETOC e  
503 não apareceu, e que não tem problema marcar uma reunião para isso, o problema é o  
504 tempo do processo e o que seria feito no momento, se seria retirado de pauta. **Tobias**  
505 **Vieira (MOVER)** Relatou que o prazo do processo é até dia 11 de novembro e que  
506 seria retrabalho fazer tudo novamente, porque o problema não é do empreendimento,  
507 o problema é na bacia, é na microbacia. Houve discussões sobre votar ao parecer da  
508 CETOC ou SEMAD. **Tobias Vieira (MOVER)** explicou que a votação deve ser rea-  
509 lizada ao parecer da SEMAD, quem estiver votando favorável vai votar favorável ao  
510 parecer da Semad, que é pelo deferimento. E quem for contrário vai votar contrário ao  
511 parecer da Semad, ou seja, votando para o indeferimento. **Alexandre Stehling dos**  
512 **Santos (PREFEITURA MUNICIPAL DE VAZANTE)** lembrou que o parecer da  
513 CETOC foi negativo com o voto duplo do Tobias e mais de 50% da CETOC se absteve  
514 pela situação do processo. Pelas séries de apresentações da situação que a gente não  
515 tem informação exata, correta do que realmente é. Para que não sejam injustos porque  
516 na CETOC foram 5 votos, 3 abstenções, um contra um a favor. Então falar que o pa-  
517 recer da CETOC foi de indeferimento é uma disparidade. **Antônio Eustáquio**  
518 **(MOVER)** iniciou a votação. Foram os seguintes votos: **Rodrigo de Sousa Lousada**



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

519 - Suplente, **votou favorável, Tais Fernanda Martins Ferreira** (SEMAD) – Titular,  
520 se absteve do voto por ser analista do processo, **Álvaro de Moura Goulart** (EMA-  
521 TER) – Titular, votou favorável, **Renata Lorrane Vieira Silva** (AMNOR)– Titular,  
522 não estava presente na votação, **Sophia Lorena Pinto Vieira** (Prefeitura Municipal de  
523 Patos de Minas) – Titular, votou contra baseado no princípio da precaução em relação  
524 ao que o Afonso apresentou, **Denys Herculano de Castro** (Prefeitura Municipal de  
525 Lagoa Grande) – Titular, não estava presente na votação, **Denys Henrique de An-  
526 drade Santiago** (Prefeitura Municipal de Paracatu) – Titular, não estava presente na  
527 votação, **Alexandre Stehling dos Santos** (Prefeitura Municipal de Vazante)– Titular,  
528 votou favorável, **Ivonete Antunes Ferreira** (Prefeitura Municipal de Brasilândia de  
529 Minas) – Titular, se absteve do voto, **Gustavo Lino Mendonça** (SAAE Buritizeiro) –  
530 Suplente, não estava presente na votação, **Alexandre Augusto Soares Matos**  
531 (IBRAM)– Titular, votou favorável, **Adson Roberto Ribeiro** (IRRIGANOR) – Titu-  
532 lar, se absteve do voto, **Túlio Pereira de Sá** (FIEMG) – Titular, votou favorável,  
533 **Afonso de Jesus Silveira Andrade** (ASPROM) – Titular, votou contra a aprovação  
534 devido aos riscos que o Rio da Prata está tendo de secar, **Antônio Eustáquio Vieira**  
535 (MOVER)– Titular, foi contrário à aprovação, **Bruno Peres Oliveira** (CREA-MG)–  
536 Titular, votou favorável. Totalizando foram seis votos a favor, três votos contra, três  
537 abstenções e quatro pessoas do total de participantes estavam ausentes no momento da  
538 votação. **08) APRESENTAÇÃO DO COMUNICADO IGAM Nº 02/2023 IGAM-  
539 TOBIAS VIEIRA. Tobias** iniciou sua apresentação, explicando o comunicado, que  
540 diz que os estudos realizados pela gerência de regularização de uso de recursos hídr-  
541 cos para as bacias do Rio Velhas e Paracatu que identificarem a indisponibilidade  
542 hídrica para novas outorgas, considerando que nos próximos meses estará disponí-  
543 vel em novo estudo de regionalização de vazão, que abará as vazões sazonais,  
544 considerando que o referido estudo apresentará novas referências para análise de dis-  
545 ponibilidade hídrica nas bacias do Rio das Velhas e Paracatu, a partir de 28/08/23, fica  
546 definido temporariamente para as captações superficiais consultivas na bacia  
547 do Rio Paracatu, o sobrestamento de todas as solicitações de outorgas formalizadas,  
548 com exceção das solicitações de renovação e retificação de titularidade e o sobresta-  
549 mento de novas solicitações de retificação técnica com aumento de vazão nas áreas  
550 declaradas de conflito. As solicitações de outorgas vinculadas ao licenciamento  
551 ambiental acompanharão a tramitação dos respectivos processos de regularização. Re-  
552 sumindo, o que o IGAM tomou como decisão é paralisar as análises dos processos  
553 individuais que já estavam protocolados na bacia do Paracatu, e os novos processos a  
554 partir de 28/08 que forem protocolados das áreas de conflito também serão sobresta-  
555 dos. Na CETOC o Lucas do IGAM participou e lá ele explicou que essa medida foi  
556 exatamente para não se indeferir todas as outorgas, porque com a metodologia que  
557 existe hoje para análise de disponibilidade hídrica, já estavam tendo dificuldade de  
558 outorgar os usos, então, para não, para não começar a indeferir todos os usos, os novos



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

559 usos, essa retificações, complicações, o IGAM tomou por decisão sobrestar, e esse  
560 sobrestamento significa parar a análise, ele não vai ser analisado até sair esse novo  
561 estudo. Explicou também que em reunião com o IGAM, avisaram que a previsão para  
562 esse novo estudo de regionalização de vazão vai sair entre novembro e dezembro desse  
563 ano. Essa é a previsão. O estudo está praticamente pronto, estão fazendo alguns ajustes  
564 para publicação e para a divulgação desse estudo. E a partir de então, vai se regula-  
565 mentar a outorga sazonal, que vai ser realmente um fato novo. Vai ser algo inovador  
566 em Minas Gerais. Se vai funcionar ou não, foram algumas questões levadas pela CE-  
567 TOC na discussão. Se vão respeitar a outorga sazonal, se vai ser regulamentado de  
568 outra forma, se vai ter algum tipo de telemetria específico, mas vai ser uma outra dis-  
569 cussão que vai poder também colaborar e contribuir para isso. Explicou que se o IGAM  
570 começasse a indeferir os pedidos de outorga, ficaria claro que é o primeiro ponto para  
571 se caracterizar uma área de conflito por uso de água. É a negativa do órgão ambiental.  
572 Se o órgão ambiental começa a indeferir pedidos de outorga, significa que teremos um  
573 processo de criação de áreas de conflito. Então, muito provavelmente esse foi um dos  
574 motivos também porque, imagina-se a área do Paracatu inteiro ser considerada de con-  
575 flito. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** concordou com o comunicado mas demonstrou  
576 preocupação sobre o comunicado, pois a situação está crítica, mas, no comunicado fala  
577 sobre as solicitações de outorga vinculadas ao licenciamento ambiental que acompa-  
578 nharão a tramitação dos respectivos processos de regularização, que no caso não  
579 sobrestou para todos. Os grandes empreendedores continuaram funcionando, e só pa-  
580 ralisaria para os pequenos empreendedores. Concluiu que deveria ser sobrestado para  
581 todos, sugeriu que não fosse liberado outorga para todos até o estudo ser finalizado.  
582 **Antônio Eustáquio (MOVER)** voltou ao item 07 da pauta e deu como aprovado o  
583 processo de outorga de grande porte nº 13361/2023 requerido por F&G extração e  
584 comércio de areia Ltda. **Afonso de Jesus (ASPROM)** pediu a palavra, solicitou a todos  
585 os conselheiros sem exceção, que votou, abstenção ou contra, ou que votou a favor  
586 quando passar sobre a ponte do Rio da Prata na BR040 que façam uma análise de  
587 consciência sobre seu voto. **Tobias Vieira (MOVER)** lembrou sobre os encaminha-  
588 mentos que foram solicitados pelos conselheiros. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)**  
589 solicitou que fizessem um encaminhamento ou ofício ao IGAM para que sobestassem  
590 as outorgas de modo geral, para todos, não somente os individuais. **Antônio Eustá-  
591 quio (MOVER)** propôs a formação de uma comissão para tratar na bacia do Paracatu  
592 com relação a ao enfrentamento da crise hídrica. Sugeriu a realização de um ofício aos  
593 órgãos de fiscalização do estado a respeito da situação real das dragas de estação de  
594 Areia no Rio da Prata, para que eles apresentem para o comitê um relatório in loco.  
595 Sugeriu também que solicitem apoio do Ministério público da bacia do Paracatu e  
596 Urucuaia, pra realização de um estudo integrado na bacia. Sugeriu convidar o CBHSF  
597 para uma reunião com a comunidade sobre a barragem e com CGL do Santa Isabel.  
598 **Afonso de Jesus (ASPROM)** solicitou ao comitê encaminhar para os órgãos, que seja



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

599 enviado uma cópia de ata dessa reunião para o Ministério público regional, Ministério  
600 público de João Pinheiro, Ministério público de Paracatu, e coordenadoria das bacias,  
601 faça uma fiscalização rigorosa nas dragas do Rio da Prata. Solicitou ao IGAM que  
602 realizasse um estudo integrado da bacia e enquanto não sair esse estudo integrado, que  
603 não se renove e não de novas outorgas de retirada de Areia e renovação na bacia do  
604 Paracatu, enquanto não for apresentado o estudo empregado da bacia. **Antônio Eus-  
605 táquio (MOVER)** questionou se esses encaminhamentos seriam da ASPROM para os  
606 órgãos ou do comitê para os órgãos, pois a plenária precisa aprovar. Afonso explicou  
607 que quer que o comitê oficialize os requerimentos dele. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)**  
608 foi contra o envio de alguns ofícios porque a instituição que deveria enviar os ofícios  
609 e não o comitê, devido a nem todos concordarem com o posicionamento. Relatou que  
610 a partir do momento que a ASPROM recebeu a denúncia, eles teriam que ter feito para  
611 os órgãos competentes, e não cabe ao comitê. É contra um ofício do comitê se mani-  
612 festando na denúncia. **Afonso de Jesus (ASPROM)** questionou qual seria a função do  
613 comitê se ele não pode apresentar essas denúncias. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)**  
614 informou que essa não seria a maneira correta de realizar o procedimento. Porque a  
615 plenária foi a favor do empreendimento. Foi falado sobre as funções do comitê, e sobre  
616 os posicionamentos de cada um. Foi contrário a opinião do Afonso. Se a plenária de-  
617 cidir a favor tudo bem. **Afonso de Jesus (ASPROM)** informou que está fazendo um  
618 requerimento ao comitê, e que tem direito de fazer requerimentos ao comitê pois é a  
619 função dele. Se o conselheiro não pode pedir um estudo integrado da bacia, se o con-  
620 selheiro no comitê não pode pedir ao Comitê para oficializar ao Ministério público e  
621 ao estado o que é que está acontecendo, o comitê é um parlamento onde se discute os  
622 problemas das águas. Explicou sobre a situação do momento e que o comitê é um  
623 conselho político. **Antônio Eustáquio (MOVER)** explicou que quando é uma suges-  
624 tão de ofício, a plenária tem que aprovar ou não. O comitê já vai fazer um ofício para  
625 fiscalização do estado, solicitando em detrimento das condições que passadas em reu-  
626 nião plenária. É necessário a fiscalização nas dragas do Rio da Prata, se o estado  
627 solicitar a ata será enviada. Vai ser solicitado apoio ao Ministério público para a reali-  
628 zação do estudo integrado da bacia. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** o comitê é um  
629 colegiado de opiniões dos conselheiros. Se for unanimidade, deve ser por votação.  
630 **Afonso de Jesus (ASPROM)** questionou sobre a decisão de enviar um ofício ter que  
631 passar por votação em plenária. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** explicou sobre a ple-  
632 nária ser soberana nas situações. **Túlio Pereira de Sá (FIEMG)** relatou que o  
633 posicionamento é da entidade que ele representa. **Antônio Eustáquio (MOVER)** por  
634 questão de ordem pediu a palavra. **Sophia Vieira (PREFEITURA MUNICIPAL DE  
635 PATOS DE MINAS)** pediu a palavra e lembrou a todos qual é o papel do conselheiro  
636 que é ser os olhos dos órgãos ambientais. A partir do momento que se toma ciência de  
637 alguma situação complicada em determinado local, tem sim que levar isso em consi-  
638 deração na hora dos votos, porque o órgão ambiental do estado conta com isso. Ele



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARACATU

GESTÃO 2018/2023

639 conta que o conselho está fazendo essa vigília localmente. Presidente passou ao pró-  
640 ximo ponto de pauta. **09) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS**  
641 **CONSELHEIROS: Tobias Vieira (MOVER)** informou a todos sobre uma atualiza-  
642 ção sobre o regimento e a união dos comitês. Em uma conversa com o Thiago  
643 Figueiredo, ele falou que o decreto de união dos comitês está parado na casa civil.  
644 Breve deve sair a publicação e a minuta do regimento que foi criada pelo IGAM. Se-  
645 gundo ele, teve algumas considerações e divergências com a minuta criada pelo  
646 conselho estadual, e eles estão tentando aparar essas arestas para fechar a minuta do  
647 novo regimento. **Adson Ribeiro (IRRIGANOR)** perguntou sobre o andamento do  
648 grupo de trabalho do GT de união. **Ivonete Antunes Ferreira (PREFEITURA MU-**  
649 **NICIPAL DE BRASILÂNDIA DE MINAS)** Relatou sobre as reuniões são  
650 informadas na plenária e as deliberações são dentro da plenária pelo GT. E outra  
651 pauta, que é muito importante para o Paracatu e que se fale um pouco mais sobre a  
652 agência de bacia, porque no ENCOB tiveram muitas reclamações sobre as agencias,  
653 no qual elas tomam conta dos comitês e o comitê vai se apagando. **Adson Ribeiro**  
654 **(IRRIGANOR)** agradeceu a plenária acalorada e as divergências, e falou sobre a de-  
655 mocracia da plenária. **Ivonete Antunes Ferreira (PREFEITURA MUNICIPAL DE**  
656 **BRASILÂNDIA DE MINAS)** agradeceu e parabenizou ao Afonso pelas denúncias.  
657 **Afonso de Jesus (ASPROM)** agradeceu e informou a todos que não está defendendo  
658 o interesse pessoal, e sim o interesse coletivo da bacia do Rio da Prata. Relatou que  
659 não pode se calar, e que solicitou o estudo para contemplar todo o Rio da Prata. **Adson**  
660 **Ribeiro (IRRIGANOR)** sugeriu que se volte com o tema do Rio da Prata na próxima  
661 plenária pra que seja deliberada mais alguns temas. O rio da prata abastece o Rio Pa-  
662 racatu e é muito importante para todos da região. **Afonso de Jesus (ASPROM)**  
663 explicou que recorreu ao comitê pois não tem onde recorrer. Agradeceu a todos. **An-**  
664 **tônio Eustáquio (MOVER)** informou a todos que solicitou apresentação a respeito  
665 da questão meteorológica na bacia do Paracatu, nesse período de agora pra frente, até  
666 o final do ano. Não obteve resposta, e estão sem informações sobre. **10) ENCERRA-**  
667 **MENTO:** Não havendo outros assuntos a serem tratados, **Antônio Eustáquio**  
668 agradeceu a presença de todos e assim declarou encerrada a reunião.

### APROVAÇÃO DA ATA

**Antônio Eustáquio Vieira**

Sr. Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu

**Adson Roberto Ribeiro**

Sr. Secretário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paracatu